

CEARÁ 08/10/2014

Só 12 dos 184 municípios assumiram a iluminação pública

Todos os municípios do Brasil têm que assumir a manutenção do parque de iluminação pública até 31 de dezembro de 2014. Já houve duas prorrogações. Superintendente da Aneel explica dificuldades



Andreh Jonathas
andreh@opovo.com.br

TATIANA FORTES



Dos 184

Fortaleza foi o primeiro município do Ceará a assumir a gestão do parque de iluminação pública

municípios do Ceará, apenas 12 tomaram posse dos ativos do parque de iluminação pública, que são lâmpadas, hastes dos postes e equipamentos acessórios, como reatores e relés. A partir de 1º de janeiro de 2015, as prefeituras de todo o Brasil serão as responsáveis pela manutenção, reposição e expansão desses equipamentos.

A obrigatoriedade está no artigo 218 da Resolução Normativa 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Postes e a rede elétrica continuam sendo da distribuidora, no caso do Ceará, a Companhia Energética do Ceará (Coelce). São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais também estão em situação crítica.

Quem já assinou a transferência foi Fortaleza (a primeira), Caucaia, Aquiraz, Cascavel, Itapipoca, Independência, Itaitira, Missão Velha, Moraújo, Morrinhos, Potengi e Limoeiro do Norte.

O custo e o planejamento são as principais dificuldades enfrentadas para tocar a iluminação pública, argumenta Felipe Rodrigues, consultor de iluminação pública da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece).

“Para os pequenos municípios é muito difícil. É também uma questão de planejamento e de organização. Precisa ainda conhecer o parque de iluminação pública e montar estratégia de manutenção”, ressalta Felipe.

O consultor afirma haver municípios que estão se preparando bem, mas preferem assumir somente no limite do prazo dado pela Aneel, para evitar esse custo.

Soluções existem

A formação de consórcios entre as prefeituras é uma solução que está sendo utilizada com êxito no interior de São Paulo e de Minas Gerais. No Ceará, há, por exemplo, um consórcio de oito municípios, liderado por Canindé e outro com 7 municípios, liderado por Piquet Carneiro, adianta Felipe.

Outra solução para custear o parque de iluminação, conforme o superintendente de Regulação dos Serviços Comerciais da Aneel, Marcos Bragatto, é instituição da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), que já existe, por exemplo, em Fortaleza.

Sobre o caso, a Coelce se pronunciou por meio de nota. “Com a mudança, as prefeituras devem possuir um canal de atendimento à população para atender reclamações e solicitações, bem como equipes técnicas especializadas em manutenção de iluminação pública.”

Saiba mais

Não compensa

As distribuidoras cobram dos municípios a tarifa B4B. Com a transferência da responsabilidade do parque de iluminação aos municípios, a taxa será a B4A, que é 9,5% menor do que a B4B. Mas os custos que os municípios vão ter é maior do